

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS PARA O TRABALHO COM A LINGUAGEM ORAL E ESCRITA

Elis Beatriz de Lima FALCÃO

CRIARTE-UFES

O Plano Nacional de Educação, em sua Meta 1, busca universalizar a Educação Infantil para crianças de 4 e 5 anos, evidenciando a preocupação com a oferta. No entanto, torna-se imprescindível discutir a qualidade do ensino, e, portanto, as concepções que subsidiam as práticas pedagógicas. Neste trabalho, problematizaremos a concepção de linguagem a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, a qual orienta que as práticas pedagógicas devem garantir vivências que “possibilitem às crianças experiências de narrativas, de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, e convívio com diferentes suportes e gêneros textuais orais e escritos”. As diretrizes não definem uma concepção de linguagem e, o modo como organizamos o trabalho com a linguagem escrita indica compreensões sobre o conceito de criança/infância e de linguagem. Nesse sentido, a comunicação apresenta práticas desenvolvidas com crianças do grupo 3 do CEI CRIARTE/UFES e defende a concepção de linguagem na perspectiva histórico cultural à luz das contribuições de Vigotsky e Luria. E, por isso, concebe a escrita como uma “[...] forma de linguagem, que reflete o pensamento de uma dada sociedade, por meio da qual nos posicionamos no mundo, dialogamos com as pessoas [...] e com as produções humanas” (GONTIJO, 2008, p.20). A concepção de linguagem na perspectiva histórico cultural contribuiu para que as crianças se apropriassem da dimensão simbólica que envolve a linguagem escrita, uma vez que utilizam a escrita a partir dos seus significados e funções a partir de situações de ensino e aprendizagem que envolve a escrita de forma contextualizada com a finalidade de seus usos na sociedade.

Palavras-chave: diretrizes curriculares, Educação infantil, linguagem escrita